

# FUNDAÇÃO EDUCACIONAL LUCAS MACHADO – FELUMA

C.N.P.J. nº 17.178.203/0001-75

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	99.575	114.285
Títulos e valores mobiliários	5	55.481	45.443
Recursos vinculados	18	125	942
Contas a receber de Clientes	6	37.649	22.618
Estoques	8	9.567	7.521
Adiantamentos	7	15.365	13.935
Outros		4.476	4.181
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>222.238</b>	<b>208.925</b>
<b>Realizável a longo Prazo</b>			
Contas a receber de Clientes	6	1.976	1.979
Depósitos judiciais	19	1.118	1.666
Aplicações financeiras de longo prazo	4	2.528	1.765
Adiantamentos	7	70	1.239
<b>Total Realizável a longo Prazo</b>		<b>5.692</b>	<b>6.649</b>
Propriedade para investimento	11	39.960	37.560
Imobilizado	9	347.016	249.091
Intangível	10	8.385	8.423
		<b>395.361</b>	<b>295.074</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>401.053</b>	<b>301.723</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>623.291</b>	<b>510.648</b>

Passivo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	12	29.882	11.376
Arrendamento	3	3.132	713
Obrigações trabalhistas e sociais	14	30.173	27.103
Obrigações tributárias	15	7.487	6.208
Adiantamento de clientes	16	105.787	98.120
Receita diferida	17	774	774
Convênios e contratos	18	125	942
Outros		854	1.300
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>178.214</b>	<b>146.536</b>
<b>Não circulante</b>			
Receita diferida	17	13.484	14.258
Arrendamento	13	20.884	2.446
Obrigações trabalhistas e sociais	14	1.483	1.894
Adiantamento de clientes	16	69	182
Provisão para contingências	19	7.253	8.769
Outros		3.759	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>46.932</b>	<b>27.549</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	21		
Patrimônio social		1.058	1.058
Reserva de capital		3.363	3.363
Ajustes de avaliação patrimonial		28.384	29.096
Superávit acumulado		365.340	303.046
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>398.145</b>	<b>336.563</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>623.291</b>	<b>510.648</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional** – A Fundação Educacional Lucas Machado - Feluma ("Fundação" ou "Feluma") é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica, reconhecida como de utilidade pública federal, estadual e municipal, com sede e foro na Avenida Afonso Pena, 1964, 13º andar, em Belo Horizonte, reconhecida como entidade beneficente de assistência social. A Fundação tem por finalidade geral o desenvolvimento e a manutenção de atividades educacionais, de saúde, de assistência social e de pesquisa no campo das ciências exatas, humanas, biológicas e da tecnologia, para melhor contribuir no atendimento dos problemas sociais da comunidade, aperfeiçoamento educacional e tecnológico. Sua estrutura corporativa atual é a seguinte: • Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais - FCM-MG - Dedicada ao ensino na área de saúde, oferece cursos em nível de graduação de Medicina, Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem, Odontologia e Fonoaudiologia. A FCM-MG possui atividades docentes e assistenciais, tendo diretrizes práticas de saúde coletivas e de atenção básica, destacando-se a integração com o Programa de Saúde da Família (PSF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e encontra-se em Belo Horizonte -MG. • Pós-Graduação Ciências Médicas de Minas Gerais - PGC-MG - Voltado ao atendimento das exigências da educação superior, referentes a pesquisa, extensão e pós-graduação, mantém cursos de pós-graduação Lato Sensu e Stricto Sensu nas modalidades presencial e a distância. Atua, ainda, no desenvolvimento e no acompanhamento de residência e especialização médica e encontra-se em Belo Horizonte -MG. • Hospital Universitário Ciências Médicas - HUCM-MG - Hospital 100% (cem por cento) SUS. As atividades do Hospital são desenvolvidas em conformidade com as diretrizes da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte -SMSABH, conforme convênios celebrados. • Ambulatório Ciências Médicas de Minas Gerais - ACM-MG - Vinculado ao HUCM-MG em Belo Horizonte-MG, sendo uma fonte de aprendizagem para os alunos dos ciclos profissional e básico. Oferece atendimentos 100% (cem por cento) ao Sistema Único de Saúde (SUS). • Instituto de Olhos Ciências Médicas - IOCM-MG - Vinculado ao HUCM-MG, responsável pela prestação de serviços oftalmológicos, atuando principalmente nas subespecialidades de glaucoma, catarata, plástica, estrabismo, córnea, retina, retina cirúrgica, refração enuro-oftalmológico. • Instituto de Oncologia da Ciências Médicas de Minas Gerais (IONCM-MG), mantido pela Fundação Educacional Lucas Machado (Feluma), atende pacientes 100% pelo Sistema Único de Saúde (SUS), com foco em diagnóstico rápido e tratamento completo para o câncer. A unidade oferece uma estrutura moderna e integrada, com serviços multidisciplinares atrelados ao atendimento oncológico, como Fisioterapia, Odontologia, Nutrição, Psicologia e Cuidados Paliativos. O IONCM-MG conta também com um hospital-escola, com um corpo clínico composto por mais de 50 médicos especialistas. A unidade conta com 12 especialidades e oferece 7 grandes linhas de cuidado, além de 14 subespecialidades, sempre alinhada à qualidade e excelência da Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais (FCM-MG). A Fundação Educacional Lucas Machado - Feluma possui imunidade tributária garantida nos termos do artigo 14 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966) e Certificado de Entidade Filantrópica estabelecido no § 7º do art. 195 da Constituição Federal. Conforme apresentado na nota explicativa nº 30, a Feluma vem atendendo aos requisitos estabelecidos na LCP nº 187/2021 que regulamenta os requisitos necessários a serem atendidos pelas instituições Filantrópicas, e às demais regulamentações vigentes, nas duas áreas de sua atuação, saúde e educação, tendo como preponderância a área da saúde e a obrigatoriedade de apresentar tempestivamente a cada triênio, o relatório de atividades e os documentos exigidos pelos respectivos Ministérios de cada área de sua atuação.

**2. Base de preparação – Declaração de conformidade** – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis a entidades sem fins lucrativos. A Fundação reconhece as receitas e despesas, mensalmente, respeitando o princípio da oportunidade e o regime de competência em atendimento à Resolução CFC ITG 202(R1) –entidade sem fins lucrativos. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 14 de abril de 2026. **a. Base de mensuração** – As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das propriedades para investimento que são mensuradas pelo valor justo. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação** – Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos** – A elaboração das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são reavaliadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Julgamentos e incertezas – As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Nota Explicativa nº 6; principais premissas em relação aos valores e probabilidade de não recebimento das contas a receber. • Imobilizado (depreciação) - Nota Explicativa nº 9; mensuração da estimativa de vida útil. • Propriedade para investimento - Nota Explicativa nº 11; estimativa do valor justo. • Arrendamento - Nota explicativa nº 13; o prazo de arrendamento e a taxa incremental de juros de financiamento. • Provisões e contingências - Nota Explicativa nº 19; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de caixa. **d. Mensuração do valor justo** – A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos da norma contábil, incluindo a hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Fundação usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 11 - Propriedade para investimento.

**3. Políticas contábeis materiais** – A Fundação aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **a. Instrumentos financeiros – Reconhecimento e mensuração inicial** – O contato a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Fundação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja uma conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente** – Ativos Financeiros – No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ou ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Fundação mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atíngido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Fundação pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita voluntariamente por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Fundação pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio – A Fundação realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipuladas para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos: • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Fundação; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos vendidos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Fundação. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros – Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Fundação considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Fundação considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitem o acesso da Fundação a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. Ativos Financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas – Ativos financeiros a VJR – Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Ativos financeiros a custo amortizado – Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Passivos financeiros – Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas – Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento** – Ativos financeiros – A Fundação desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Fundação transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Fundação nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Passivos financeiros – A Fundação desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Fundação também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação** – Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tenha atualizado um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente por meio do resultado. **b. Propriedade para investimento** – A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. Em 31 de dezembro de 2025, a avaliação pelo valor justo das propriedades para investimento foi realizada com suporte de avaliadores externos, com as qualificações requeridas. Para obtenção dos valores dos imóveis, o avaliador realizou um comparativo direto de dados de mercado na região e posteriormente, para a análise dos dados, aplicou estatística inferencial, afim de ajustar os dados através do modelo clássico de regressão (Regressão Linear Múltipla). Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para superávit/déficit acumulado. **c. Imobilizado – Reconhecimento e mensuração** – Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Fundação inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. **Custos subsequentes** – Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Fundação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. Depreciação – Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos instrumentais hospitalares	20 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Bibliotecas	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Edificações	25 anos
Edificações edifício-garagem	30 anos
Beneficiárias em imóveis de terceiros	25 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Ativos Intangíveis – Reconhecimento e mensuração** – Ativos intangíveis que são adquiridos pela Fundação e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **Custos subsequentes** – Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios futuros incorporados ao ativo específico os quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorrido. **Amortização** – A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. **Ativos desestimados para período corrente** – Exercício comparativo de 5 anos para rubrica de "Softwares". Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **e. Estoques** – Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos valores de reposição ou de realização. **f. Redução ao valor recuperável (impairment) – Ativos financeiros** – A Fundação reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Fundação mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas como a perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. A Fundação considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Fundação, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); o ativo financeiro estiver vencido há mais de 360 dias; O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Fundação está exposta ao risco de crédito. Mensuração das perdas de crédito esperadas – As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Fundação de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Fundação espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Em cada data de balanço, a Fundação avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias; • reestruturação de um valor devido à Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

### Demonstrações dos Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receita Bruta de Educação</b>		<b>389.306</b>	<b>361.722</b>
Mensalidades de Graduação - Alunos Pagantes		283.445	264.587
Mensalidades de Graduação - Bolsas PROUNI		63.247	56.122
Mensalidades de Graduação - Outras bolsas		11.560	10.277
Mensalidades de Pós Graduação - Alunos Pagantes		21.128	19.970
Mensalidades de Pós Graduação - Outras bolsas		1.495	1.350
Outras Receitas		8.431	9.416
<b>Deduções da Receita Bruta de Educação</b>		<b>(93.686)</b>	<b>(81.238)</b>
Bolsas de Graduação concedidas - PROUNI		(63.247)	(56.122)
Bolsas de Graduação concedidas - Outras bolsas		(11.560)	(10.277)
Bolsas de Pós Graduação concedidas - Outras bolsas		(1.495)	(1.350)
Devolução e/ou descontos de Mensalidades		(17.384)	(13.489)
<b>Receita Operacional Líquida em Educação</b>		<b>295.620</b>	<b>280.484</b>
Receita Bruta Hospitalar		197.911	161.337
Outras Receitas Convênios / Doações		26.016	16.915
<b>Receita Operacional Líquida em Saúde</b>		<b>223.927</b>	<b>178.252</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	22	<b>519.547</b>	<b>458.736</b>
<b>Custo dos Serviços Educacionais</b>		<b>(160.246)</b>	<b>(145.512)</b>
Custos dos Serviços Prestados		(153.885)	(138.836)
Custos com depreciações		(6.361)	(6.676)
<b>Custo dos Serviços Hospitalares</b>		<b>(229.174)</b>	<b>(166.744)</b>
Custos dos Serviços Prestados		(220.796)	(160.247)
Custos com depreciações		(8.956)	(6.497)
<b>Custo dos Serviços prestados</b>	23	<b>(390.998)</b>	<b>(312.256)</b>
<b>Resultado Operacional</b>		<b>128.549</b>	<b>146.480</b>
Despesas Adm. Educacionais	24	(17.967)	(14.532)
Provisões para Perdas Educacionais	27	2.100	(684)
Despesas Adm. Saúde	25	(18.599)	(13.751)
Provisões para Perda Saúde	27	499	(1.233)
Despesas Adm. Outras Atividades	26	(56.970)	(49.124)
Provisões para Perda Outras Atividades		-	(640)
Outras Receitas		6.328	5.079
		<b>(84.609)</b>	<b>(74.885)</b>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas</b>		<b>43.940</b>	<b>71.595</b>
Receitas financeiras	28	20.227	13.848
Despesas financeiras Educacionais	28	(2.111)	(168)
Despesas financeiras Saúde	28	(2.104)	(492)
Despesas financeiras Outras Atividades	28	(2.70)	(267)
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>		<b>17.442</b>	<b>12.921</b>
<b>Superávit do exercício</b>		<b>61.582</b>	<b>84.516</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

### Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Superávit do exercício	61.582	84.516
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>61.582</b>	<b>84.516</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Descrição	Patrimônio social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit acumulados	Total
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2024</b>	<b>1.058</b>	<b>3.363</b>	<b>29.809</b>	<b>217.817</b>	<b>252.047</b>
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(713)	713	-
Superávit do exercício	-	-	-	84.516	84.516
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.058</b>	<b>3.363</b>	<b>29.096</b>	<b>303.046</b>	<b>336.563</b>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2025</b>	<b>1.058</b>	<b>3.363</b>	<b>29.096</b>	<b>303.046</b>	<b>336.563</b>
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(712)	712	-
Superávit do exercício	-	-	-	61.582	61.582
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.058</b>	<b>3.363</b>	<b>28.384</b>	<b>365.340</b>	<b>398.145</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12
--	------	------------	-------



# FUNDAÇÃO EDUCACIONAL LUCAS MACHADO – FELUMA

C.N.P.J. nº 17.178.203/0001-75

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Baixa** – O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Fundação não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Fundação não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Fundação para a recuperação dos valores devidos. **Ativos não financeiros** – Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Fundação, que não os estoques, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidade Geradora de Caixa (UGC). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou a UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. **g. Arrendamento** – No início de um contrato, a Fundação avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Fundação. Geralmente, a Fundação usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. **Arrendamentos de ativos de baixo valor** – A Fundação optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de tecnologia da informação. A Fundação reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **h. Provisões** – Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Fundação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **i. Receita** – Serviços – A receita de serviços é proveniente de prestação de serviços educacionais e atendimentos hospitalares e ambulatoriais (100% SUS), sendo reconhecida mensalmente no resultado, à medida que os serviços são prestados, observando as obrigações de desempenho e a determinação do preço alocado por transação. O seu reconhecimento é com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Fundação e as receitas e custos puderem ser mensurados com segurança. As gratuidades são oferecidas sob forma de bolsas de estudos aos alunos e via Prouni, sendo deduzidas das receitas conforme apresentado na Nota Explicativa nº 22. **j. Receitas Diferidas** – As receitas diferidas compreendem o montante do valor do Edifício Garagem, sendo reconhecida no resultado mensalmente pelo valor apurado na data do recebimento do bem e vinculado ao contrato de concessão de uso. **k. Receitas financeiras e despesas financeiras** – As receitas de juros abrangem basicamente rendimentos sobre aplicações financeiras e variações monetárias ativas. As despesas financeiras abrangem despesas com juros, multas e outros. Receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado no período em que são incorridos. **l. Adiantamento de clientes** – O adiantamento de clientes refere-se ao reconhecimento das antecipações das mensalidades de alunos da graduação e pós-graduação. A Fundação tem a política de recebimento das mensalidades em 0 ou anuidades, sendo divulgado em edital de convocação de matrículas aos cursos. **m. Determinação do ajuste a valor presente** – Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, sendo considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado considerando os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base na melhor estimativa da Administração, a Fundação concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulares e não circulares é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. **n. Benefícios de curto prazo a empregados** – Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Fundação tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **o. Tributos** – A Fundação é imune a tributos que são objetos de renúncia fiscal, concedida através do certificado de filantropia, os quais compreendem: IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, ISSQN, IPTU, IPVA, IOF e INSS. **p. Normas, alterações e interpretações de normas** – Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Feluma não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras. **(i) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis** – As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas e cinco categorias na demonstração de lucro e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal do lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Feluma ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Feluma, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Feluma também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **(ii) Outras Normas Contábeis** – Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Feluma: Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

**4. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras de longo prazo**

	31/12/2025	31/12/2024
Caixas	8	8
Depósitos a vista	120	3.692
Aplicações Financeiras (i)	99.447	110.585
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>99.575</b>	<b>114.285</b>
Aplicações Financeiras (ii)	2.528	1.765
<b>Total de Aplicações Financeiras de Longo Prazo</b>	<b>2.528</b>	<b>1.765</b>

(i) A seleção da modalidade de aplicação dos recursos da Fundação é realizada dentro de um perfil conservador, em títulos e fundos de renda fixa, de baixo risco de mudança de valor e limites, sendo em sua grande maioria - Certificado de Depósito Bancário - CDB de resgate imediato sem perdas para a Fundação. A taxa média de rendimento obtido nas aplicações financeiras é de 100% do CDI em 2025 (100% do CDI em 2024) e a exposição da Fundação a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros é divulgada na Nota Explicativa nº 20. (ii) As aplicações de longo prazo referem-se a cota de capital próprio do Banco Credicomb, referentes as distribuições de sobras do banco, sendo a variação de 43,22% do saldo aplicado em 2025 (27,98% do saldo em 2024).

## 9. Imobilizado

	Terrenos e edifícios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Bibliotecas	Imobilizado em Andamento	Bens em construção	Beneficiários Imóveis de Terceiros	Direito de Uso	Total
<b>Imobilizado - custo</b>										
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>159.141</b>	<b>59.015</b>	<b>8.607</b>	<b>936</b>	<b>1.481</b>	<b>964</b>	<b>22.147</b>	<b>16.545</b>	<b>7.068</b>	<b>275.904</b>
Adições	-	11.796	1.496	1.270	-	1.980	1.688	28.189	-	46.419
Transferência	2.330	-	-	-	-	(2.330)	803	(803)	-	-
Baixas	-	(1.030)	(93)	(513)	-	(482)	-	(470)	-	(2.588)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>161.471</b>	<b>69.871</b>	<b>10.101</b>	<b>1.693</b>	<b>1.481</b>	<b>132</b>	<b>24.638</b>	<b>43.461</b>	<b>7.068</b>	<b>319.735</b>
Adições	13.320	17.202	1.366	369	-	25.165	36.042	-	28.528	121.992
Transferência	58.889	143	154	-	-	(25.297)	(37.662)	3.761	-	(12)
Baixas	-	(755)	(429)	(553)	-	-	(69)	(33)	(7.068)	(8.907)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>233.680</b>	<b>86.371</b>	<b>11.101</b>	<b>1.509</b>	<b>1.481</b>	<b>-</b>	<b>22.949</b>	<b>47.189</b>	<b>28.528</b>	<b>432.808</b>
<b>Depreciação</b>										
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(24.292)</b>	<b>(24.150)</b>	<b>(3.822)</b>	<b>(365)</b>	<b>(1.335)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.898)</b>	<b>(2.235)</b>	<b>(59.097)</b>
Depreciação no período	(2.230)	(6.249)	(902)	(228)	(42)	-	(1.510)	(776)	(725)	(12.662)
Baixas	-	777	61	277	-	-	-	-	-	1.115
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(26.522)</b>	<b>(29.622)</b>	<b>(4.663)</b>	<b>(316)</b>	<b>(1.377)</b>	<b>-</b>	<b>(1.510)</b>	<b>(3.674)</b>	<b>(2.960)</b>	<b>(70.644)</b>
Depreciação no período	(4.896)	(7.882)	(971)	(331)	(39)	-	-	(2.186)	(3.236)	(19.541)
Transferência	(2.983)	-	-	-	-	-	1.510	1.473	-	-
Baixas	-	635	280	153	-	-	-	2	3.323	4.393
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>(34.401)</b>	<b>(36.869)</b>	<b>(5.354)</b>	<b>(494)</b>	<b>(1.416)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4.385)</b>	<b>(2.873)</b>	<b>(85.792)</b>
<b>Valor contábil</b>										
Em 31 de dezembro de 2024	134.949	40.159	5.347	1.377	104	132	23.128	39.787	4.108	249.091
Em 31 de dezembro de 2025	199.279	49.502	5.747	1.015	65	-	22.949	42.804	25.655	347.016

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Fundação não identificou indicadores de impairment, conforme o CPC01 (R1) – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”. A Fundação não possui imobilizado dado em garantia.

## 10. Intangível

O intangível da Fundação é composto por Softwares e são amortizados à uma taxa de 20% ao ano calculada pelo método linear.

	Software
<b>Intangível - custo</b>	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>13.046</b>
Adições	4.078
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>17.124</b>
Adições	2.844
Transferência	12
Baixas	(164)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>19.816</b>
<b>Amortização e perdas no valor recuperável</b>	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(6.676)</b>
Amortização no período	(2.025)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(8.701)</b>
Amortização no período	(2.762)
Transferência	-
Baixas	32
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>(11.431)</b>
<b>Valor contábil</b>	
Em 31 de dezembro de 2024	8.423
Em 31 de dezembro de 2025	8.385

## 5. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações Financeiras (i)	55.481	45.443
Total de títulos e valores mobiliários	55.481	45.443

(i) As aplicações financeiras têm a finalidade de assegurar a perenidade das atividades da FELUMA, privilegiando a transparência e a eficiência da gestão dos recursos da entidade, e a intenção da Administração não é a utilização deste para as operações usuais de curto prazo. Os recursos financeiros constantes na Reserva são aplicados em renda fixa, com liquidez máxima em até 60 (sessenta) dias, sendo em sua grande maioria - Certificado de Depósito Bancário - CDB sem perdas para a Fundação. A taxa média de rendimento obtido nas aplicações financeiras é de 100% do CDI em 2025 (100% do CDI em 2024) e a exposição da Fundação a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros é divulgada na Nota Explicativa nº 20.

## 6. Contas a receber de clientes

	31/12/2025	31/12/2024
SUS	31.035	20.475
Outros valores a receber (a)	1.884	699
Provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(32.919)	(21.174)
	(1.163)	(1.663)

## Serviços Hospitalares/Saúde a Receber

	31/12/2025	31/12/2024
Graduação	7.191	8.094
Pós graduação	7.036	6.741
	14.227	14.835
Provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(6.497)	(9.957)

## Serviços educacionais a receber

	7.730	4.878
Outros valores a receber (b)	139	208
<b>Total</b>	<b>39.625</b>	<b>24.597</b>

Circulante 37.649 22.618  
Não circulante 1.976 1.979

(a) O valor apresentado no montante de R\$ 1.884 (R\$ 699 em 2024) refere-se a créditos a receber da atividade em saúde, sendo R\$ 0 (R\$ 38 em 2024) referente a atividade de Cirurgia Robótica, R\$ 639 (R\$ 0 em 2024) de Emendas Parlamentares, R\$ 174 (R\$ 0 em 2024) Valora Minas, R\$ 480 (R\$ 160 em 2024) de FIDEPS e R\$ 591 (R\$ 501 em 2024) Piso da Enfermagem. (b) O valor apresentado no montante de R\$ 139 (R\$ 208 em 2024), corresponde: R\$ 0 (R\$ 208 em 2024) referente APA, R\$ 3 (R\$ 0 em 2024) referente Clientes Editora, R\$ 30 (R\$ 0 em 2024) referente Clientes Teatro e R\$ 106 (R\$ 0 em 2024) referente Contrato com outras entidades. As contas a receber por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	29.256	23.319
Vencido de 1 a 30 dias	6.231	996
Vencido de 31 a 60 dias	2.036	1.095
Vencido de 61 a 90 dias	1.066	552
Vencido de 91 a 180 dias	1.619	911
Vencido de 181 a 365 dias	1.403	2.243
Vencido a mais de 365 dias	5.674	7.098
	<b>47.285</b>	<b>36.214</b>

A despesa com a constituição das perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber foi registrada em rubrica distinta na Demonstração do Resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber, os valores creditados na rubrica por redução ao valor recuperável de contas a receber são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título. Para reconhecimento das perdas estimadas a Fundação avaliou as perdas históricas das carteiras de clientes levando em consideração as dinâmicas dos mercados em que atua. A partir destes estudos foram gerados fatores de perdas estimadas por classe de vencimentos, sendo aplicado nos montantes de contas a receber. A Fundação monitora estes fatores constantemente, reconhecendo as respectivas mudanças na rubrica. A exposição da Fundação a riscos de crédito e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas, assim como a idade do Contas a receber, são divulgados na Nota Explicativa nº 20.

## Saldo em 01 de janeiro de 2024

Provisão para redução ao valor recuperável reconhecido no exercício	13.537	4.816
Reversão da provisão para redução ao valor recuperável reconhecido no exercício	(2.899)	-
	<b>1.917</b>	<b>1.917</b>

## Saldo em 31 de dezembro de 2024

Provisão para redução ao valor recuperável reconhecido no exercício	11.620	697
Reversão da provisão para redução ao valor recuperável reconhecido no exercício	(3.296)	-
	<b>(2.599)</b>	<b>(2.599)</b>

## Saldo em 31 de dezembro de 2025

Provisão para redução ao valor recuperável reconhecido no exercício	13.537	4.816
Reversão da provisão para redução ao valor recuperável reconhecido no exercício	(2.899)	-
	<b>1.917</b>	<b>1.917</b>

## 7. Adiantamentos

São registrados os adiantamentos a fornecedores de materiais e serviços e adiantamentos a funcionários, notadamente as férias, que têm grande concentração em janeiro para o segmento educacional.

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a funcionários	7.358	6.061
Adiantamento de alugueis	68	1.239
Adiantamento a fornecedores	7.819	7.631
Outros adiantamentos	190	243
	<b>15.435</b>	<b>15.174</b>
Circulante	15.365	13.935
Não circulante	70	1.239

## 8. Estoques

	31/12/2025	31/12/2024
Estoques unidades educacionais (i)	1.497	1.973
Estoques unidades hospitalares (ii)	8.070	5.548
	<b>9.567</b>	<b>7.521</b>

(i) O valor de R\$ 1.497 (R\$ 1.973 em 2024) refere-se aos estoques: FCMG no montante de R\$ 664 (R\$ 793 em 2024), PGCM no montante de R\$ 352 (R\$ 205 em 2024), CSC no montante de R\$ 481 (R\$ 975 em 2024). (ii) O valor de R\$ 8.070 (R\$ 5.548 em 2024) refere-se aos estoques: HUCM - MG no montante de R\$ 4.217 (R\$ 2.715 em 2024), IOCM - MG no montante de R\$ 1.394 (R\$ 1.443 em 2024), ACM - MG no montante de R\$ 611 (R\$ 135 em 2024) e IONCM - MG no montante de R\$ 1.848 (R\$ 1.255 em 2024). A Fundação não possui estoques dados em garantia e realizou inventários em seus estoques, sendo verificado a ausência de obsolescência em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

## 13. Direito de uso e arrendamentos a pagar

A Fundação adotou taxa de desconto compatível com a taxa de mercado. Tendo como base os contratos que possui com instituições financeiras para captação de recurso, a taxa de desconto utilizada nos contratos de arrendamento foi de 0,9429% a.m.

	Ativo	Passivo	Resultado
<b>Mensuração Inicial</b>	4.833	3.957	-
Pagamento	-	(798)	-
Juros pagos do Arrendamento	-	(402)	-
Amortização	(725)	-	(725)
Despesa Financeira	-	402	(402)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>4.108</b>	<b>3.159</b>	<b>(1.127)</b>

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Mensuração Inicial</b>	28.528	28.528
Pagamento	-	(4.879)
Juros pagos do Arrendamento	-	(795)
Amortização	(4.189)	-
Despesa Financeira	-	795
Baixa do Arrendamento	(2.792)	(2.792)
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<b>(25.655)</b>	<b>(24.916)</b>
Circulante 2025	-	3.132
Não Circulante 2025	25.655	20.884
Circulante 2024	-	713
Não Circulante 2024	4.108	2.446

## 14. Obrigações trabalhistas e sociais

São compostas por débitos relativos à remuneração dos colaboradores, paga no mês seguinte ao qual foi incorrida e, também, das provisões trabalhistas:

	31/12/2025	31/12/2024
Salários e ordenados	11.727	10.353
Provisões de férias e encargos	16.612	14.498
FGTS - Parcelamento (a)	1.483	1.894
Outras obrigações trabalhistas	1.834	2.252
	<b>31.656</b>	<b>28.997</b>
Circulante	30.173	27.103
Não circulante	1.483	1.894

(a) O saldo apresentado no passivo não circulante corresponde ao parcelamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) que está renegotiado com a Caixa Econômica Federal em dois montantes, sendo a amortização

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros segregados por categoria são como segue:

Hierarquia	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativos Financeiros</b>			
<b>Custo Amortizado</b>		<b>39.753</b>	<b>28.297</b>
Caixas e depósitos a vista		128	3.700
Contas a receber de clientes	6	39.625	24.597
Valor Justo pelo resultado		<b>157.581</b>	<b>158.735</b>
Aplicações financeiras de curto prazo	1	9.447	110.585
Títulos e valores mobiliários	1	55.481	45.443
Aplicações financeiras de longo prazo	1	4.258	1.765
Recursos vinculados	1	18	942
<b>Passivos Financeiros</b>			
<b>Outros passivos - custo amortizado</b>		<b>58.511</b>	<b>15.836</b>
Fornecedores	12	29.882	11.376
Outras contas a pagar		4.613	1.300
Passivo de Arrendamento	13	24.016	3.159

A Fundação apresenta prazos médios curtos e mantém suas disponibilidades em bancos de rating conforme mencionado no item (b), por esses motivos as variações do Custo Amortizado para Valor Justo em Caixa e bancos; Contas a receber de clientes e outros créditos; e Fornecedores e outras contas a pagar foram considerados imateriais. **Hierarquia de valor justo** - Nível 1 - Utiliza preços observáveis (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos, os quais a Fundação possui ter acesso na data de mensuração. Nível 2 - Utiliza preços observáveis em mercados ativos para instrumentos similares, preços observáveis para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais os inputs são observáveis; e Nível 3 - Instrumentos cujos inputs significativos não são observáveis. A Fundação não possui instrumentos financeiros nesta classificação. As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos instrumentos financeiros ativos e passivos ao valor justo incluem: • Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e • Análise de fluxos de caixa descontados. b. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - A Fundação participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pela operação. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado foi elaborada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes. (i) **Risco de crédito** - Contas a receber e outros créditos - Em 31 de dezembro de 2025, a Fundação detinha um Contas a receber de clientes e outros créditos líquidos de R\$ 39.625 (R\$ 24.597 em 31 de dezembro de 2024) os quais representam sua máxima exposição de crédito. A exposição da Fundação a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. A Fundação estabeleceu uma política de crédito no qual novas matrículas e renovações para o curso de medicina são analisados individualmente quanto a sua condição financeira antes da Fundação disponibilizar o contrato de prestação de serviços educacionais. A revisão efetuada pela Fundação inclui ratings externos, quando disponíveis, solicitação de fiadores e referências bancárias. A Fundação no segmento educacional pauta suas políticas comerciais aos níveis de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios limitados às regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição, fazendo com que o aluno negocie o saldo devedor. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos reduzem eventuais problemas de inadimplência no contas a receber. A Fundação estabelece uma provisão com base nas perdas históricas das carteiras de cliente que possui, levando em consideração as dinâmicas dos mercados e em instrumentos que possui para redução dos riscos de crédito, tais como: cartas de crédito, seguros e garantias reais. O principal componente desta provisão é o item de perda específico relacionado a exposições individuais, e a uma perda coletiva estabelecida para grupos de ativos similares com relação a perdas que já forma incorridas, porém ainda não identificadas. A perda coletiva é baseada nas taxas históricas de perda para ativos similares. A provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos de contrato foi apurada mediante informações de mercado que justifique o aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial e da análise da composição do contas a receber. A carteira de clientes foi dividida por títulos não vencidos, títulos vencidos até 30 dias, títulos vencidos entre 31 e 60 dias, títulos vencidos entre 61 e 90 dias, títulos vencidos entre 91 e 180 dias, títulos vencidos entre 181 e 365 dias e títulos vencidos acima de 365 dias. Estabelecendo um percentual de perda esperada, mediante histórico de perda ao longo de 12 (doze) meses de faturamento, os pesos foram distribuídos às contas a receber de forma a refletir a perda esperada. A Fundação acredita que os montantes que não sofreram perda por redução no valor recuperável e que estão vencidos há mais de 30 dias ainda são cobráveis, com base em histórico de comportamento de pagamento e em análises extensivas dos níveis de crédito de clientes subjacentes, quando disponível. • Caixa e equivalentes de caixa - A Fundação dispunha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 99.575 em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 114.285 em 31 de dezembro de 2024. As aplicações financeiras de curto prazo são conservadoras e realizadas em títulos e fundos de renda fixa, e baixo risco de mudança de valor e limites, sendo predominantemente representados por CDB de resgate imediato e sem perdas para a Fundação. Já as aplicações financeiras de longo prazo referem-se títulos de capitalização e a conta capital da Cooperativa de Crédito Sicob - Credicom, sendo R\$ 2.528 em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 1.765 em 31 de dezembro de 2024. A Fundação não detinha Títulos e Valores Mobiliários os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, os quais possuem o rating abaixo, baseado em agências de classificação de risco:

Instituição Financeira	Rating Nacional de LP	Agência
Banco ABC	AAA	S&P
Banco Bradesco	AAA	Fitch
Banco Credicom	AA	Fitch
Banco do Brasil	AA	Fitch
Banco Itaú	AAA	S&P
Banco Santander	A	S&P
Caixa Econômica Federal	AAA	S&P

(ii) **Risco de liquidez** - A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação. A Fundação busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante superior às saídas de caixa para um período de 119 dias rolante. A Fundação faz gestão do fluxo de caixa (contas a receber de clientes e do contas a pagar) mantendo linhas de crédito com bancos de 1ª linha para possíveis necessidades de caixa. A Fundação utiliza o custeio baseado em atividades para precificar seus produtos e serviços, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Fundação mantém as seguintes linhas de crédito: • Banco SicobCredicom; • Banco Santander; • Banco Itaú; • Banco Bradesco; • Banco do Brasil. A seguir estão listados os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

	Valor caixa	Valor de 2 meses ou menos	3 a 12 Meses	1 a 2 Anos	2 a 5 Anos	Mais que 5 anos
<b>31 de dezembro de 2025</b>	<b>Nota</b>	<b>Contábil</b>	<b>Contratual</b>			
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>						
Fornecedores	29.882	29.882	17.933	11.949	-	-
Outras Contas a Pagar	4.613	4.613	854	3.759	-	-
Arrendamento	24.016	59.271	817	2.315	2.845	7.063
		<b>58.511</b>	<b>93.766</b>	<b>19.604</b>	<b>14.264</b>	<b>6.604</b>
						<b>7.063</b>
						<b>10.976</b>
<b>31 de dezembro de 2024</b>	<b>Nota</b>	<b>Contábil</b>	<b>Contratual</b>			
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>						
Fornecedores	12	11.376	11.376	9.483	1.893	-
Outras Contas a Pagar		1.300	1.301	1.301	-	-
Arrendamento	13	3.159	6.800	124	589	587
		<b>15.835</b>	<b>19.477</b>	<b>10.908</b>	<b>2.482</b>	<b>587</b>
						<b>1.547</b>
						<b>312</b>

(iii) **Risco de mercado e análise de sensibilidade ao risco** - A gestão de risco de mercado tem objetivo de prever, mitigar e antecipar as oscilações e volatilidades do mercado que possam afetar o cenário sistêmico da Fundação. Riscos das Taxas de juros - A Fundação está sujeita às variações nas taxas de juros, os quais afetam seu ativos e passivos e podem incorrer em perdas econômicas. Visando a proteção destes ativos e passivos financeiros, a Fundação monitora continuamente as taxas de juros no mercado, e quando necessário, avalia estratégias que permitam maior proteção quanto a volatilidade destas taxas. Com base no Boletim Focus do Banco Central de 03 de janeiro de 2025, considerando a Mediana - Agregado, a Fundação estima que ao final do período o CDI será 15% a.a. Nestes termos, foi efetuada a análise de sensibilidade dos efeitos das variações destes índices no resultado da Fundação, em três cenários.

**c. Indexadores nacionais**

	Variação Índices	Cenário I	Cenário II	Cenário III
<b>Ativos expostos</b>	<b>Valor Exposto</b>	<b>12,25% a.a.</b>	<b>15,31% a.a.</b>	<b>18,37% a.a.</b>
Aplicações financeiras de curto prazo	99.447	12.182	15.225	18.268
Títulos e valores mobiliários	55.481	6.796	8.494	10.191
Aplicações financeiras de longo prazo	2.528	310	387	464
<b>Total exposição Ativo</b>	<b>157.456</b>	<b>19.288</b>	<b>24.106</b>	<b>28.933</b>
<b>Exposição Total</b>	<b>157.456</b>	<b>19.288</b>	<b>24.106</b>	<b>28.933</b>

Para fins de análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi considerada uma remuneração de 100% do CDI. A Fundação não possui aplicações financeiras em moedas estrangeiras.

**21. Patrimônio líquido - Patrimônio social** - O patrimônio da Fundação é constituído pela dotação inicial já integralizada por seus instituidores e por bens e valores que a este patrimônio venham a ser adicionados por dotações de qualquer natureza, oriundas de instituições ou entidades públicas, pessoas jurídicas de direito privado ou pessoas naturais, com o fim específico de incorporação ao seu patrimônio. **Reserva de capital** - A reserva de capital foi constituída por meio de deliberação em exercícios anteriores, podendo ser incorporada ao patrimônio social quando deliberado pelo conselho. **Ajuste de avaliação patrimonial** - Esta rubrica representa a contrapartida do aumento do imobilizado decorrente da adoção do custo atribuído levantado pela Fundação em 2010. Conforme prática contábil vigente, sua realização ocorre de forma proporcional à depreciação dos bens que geraram seu registro, sendo absorvido pelo superávit ou déficit do exercício. **Superávit (déficit) acumulado** - Corresponde ao superávit ou déficit de exercícios anteriores, bem como do exercício corrente.

**22. Receita operacional líquida** - Demonstramos abaixo a composição das receitas da Fundação. Salientamos que as subvenções são referentes a assistências governamentais na forma de contribuições de natureza pecuniária, concedidas em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade, ligadas à área da saúde.

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receita de atividade em Educação</b>		
Mensalidades de Graduação - Alunos Pagantes	283.445	264.587
Mensalidades de Graduação - Bolsas PROUNI	63.247	56.122
Mensalidades de Graduação - Outras bolsas	11.560	10.277
Mensalidades de Pós Graduação - Alunos Pagantes	21.128	19.970
Mensalidades de Pós Graduação - Outras bolsas	1.495	1.350
Outras Receitas Educacionais	8.431	9.416
	<b>389.306</b>	<b>361.722</b>
Bolsas de Graduação concedidas - PROUNI	(63.247)	(56.122)
Bolsas de Graduação concedidas - Outras bolsas	(11.560)	(10.277)
Bolsas de Pós Graduação concedidas - Outras bolsas	(1.495)	(1.350)
Devolução e/ou descontos de Mensalidades	(17.384)	(13.489)
	<b>(93.686)</b>	<b>(81.238)</b>
	<b>295.620</b>	<b>280.484</b>
<b>Subtotal de serviços educacionais (i)</b>	<b>80.242</b>	<b>62.420</b>
<b>Receita de atividade em Saúde</b>		
SUS	80.242	62.420
<b>Subtotal de serviços hospitalares</b>	<b>80.242</b>	<b>62.420</b>
Fator de Incentivo ao Desenvolvimento do Ensino e da Pesquisa - FIDEPS	1.920	1.920
Incentivo de Integração ao Sistema Único de Saúde - INTEGRASUS	144	144
Programa de Fortalecimento e Melhoria da Qual. dos Hosp. do SUS - PROHOSP	-	2.549
Incentivo de Adesão à Contratação (IAC)	14.158	14.881
Outros incentivos	11.497	9.935
Valora Minas	20.586	20.586
Incentivo de adesão à rede 100% SUS	28.185	32.222
Termo de Cooperação/Convênios	26.017	16.915
Piso da Enfermagem	7.498	8.767
Incentivo Oncologia	23.867	7.913
Linha de cuidado	3.874	-
Oftalmologia	5.939	-
<b>Subtotal de Subvenções Hospitalares</b>	<b>143.685</b>	<b>115.832</b>
Total de serviços hospitalares (ii)	<b>223.927</b>	<b>178.252</b>
<b>Total das receitas (i + ii)</b>	<b>519.547</b>	<b>458.736</b>

	31/12/2025	31/12/2024
<b>23. Custos dos serviços prestados Atividade em Educação</b>		
Custo com pessoal	(115.023)	(103.467)
Custo com serviços terceirizados	(10.097)	(7.911)
Custo Convênio Aprendizagem	(11.128)	(11.311)
Custo com Viagens	(1.897)	(1.903)
Custo com materiais	(3.403)	(2.772)
Custo com Manutenção de Informática	(192)	(9.957)
Custo com Depreciação	(6.361)	(6.676)
Outros	(12.145)	(1.515)
<b>Subtotal dos custos de atividade em Educação (i)</b>	<b>(160.246)</b>	<b>(145.512)</b>
<b>Atividade em Saúde</b>		
Custo com pessoal	(109.158)	(87.004)
Custo com materiais	(47.292)	(33.031)
Custo com serviços terceirizados	(53.408)	(31.302)
Custo com Manutenção de Informática	(2.566)	(5.167)
Custo com Viagens	(11)	-
Custo com Depreciação	(9.956)	(6.497)
Outros	(8.361)	(3.743)
<b>Subtotal dos custos de atividade em saúde (ii)</b>	<b>(230.752)</b>	<b>(166.744)</b>
<b>Custo total (i + ii)</b>	<b>(390.998)</b>	<b>(312.256)</b>
<b>24. Despesas Administrativas Educacionais</b>		
Desp. Publicidade	(2.803)	(2.332)
Outras despesas administrativas	(4.529)	(5.331)
Manutenção e conservação de imóveis	(2.123)	(753)
Manutenção de móveis, equipamentos	(1.076)	(868)
Provisões e/ou perdas	(1.288)	(290)
Serviços de terceiros	(3.798)	(3.755)
Telecomunicação	(494)	(422)
Manutenção de equipamentos de informática	(1.729)	(727)
Serviços Advocatórios	(22)	(30)
Desp. Água	(23)	(5)
Desp. Energia	(82)	(19)
	<b>(17.967)</b>	<b>(14.532)</b>
<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>	
Outras despesas administrativas	(4.750)	(4.110)
Manutenção e conservação de imóveis	(3.230)	(1.670)
Manutenção de móveis, equipamentos	(1.294)	(812)
Provisões e/ou perdas	512	413
Serviços de terceiros	(4.038)	(3.325)
Telecomunicação	(694)	(584)
Manutenção de equipamentos de informática	(2.262)	(1.221)
Serviços Advocatórios	(598)	(660)
Desp. Água	(763)	(586)
Desp. Energia	(1.458)	(1.127)
Desp. Publicidade	(24)	(69)
	<b>(18.599)</b>	<b>(13.751)</b>
<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>	
Desp. Com Pessoal e Encargos	(35.647)	(31.825)
Desp. Publicidade	(544)	(359)
Outras despesas administrativas	(4.432)	(4.792)
Manutenção e conservação de imóveis	(270)	(442)
Manutenção de móveis, equipamentos	(68)	(70)
Provisões e/ou perdas	23	(435)
Serviços de terceiros	(5.281)	(3.704)
Telecomunicação	(402)	(275)
Manutenção de equipamentos de informática	(4.850)	(3.524)
Material de expediente	(423)	(462)
Serviços Advocatórios	(2.321)	(2.380)
Despesa com Depreciação	(2.755)	(856)
	<b>(56.970)</b>	<b>(49.124)</b>
<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>	
Perdas no recebimento de clientes - Educação	2.100	(684)
Perdas no recebimento de clientes - Saúde	499	(1.233)
	<b>2.599</b>	<b>(1.917)</b>
<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>	
Receitas com aplicações financeiras	18.472	12.068
Juros e multas recebidos	1.852	1.382
Varição monetária ativa	71	148
Descontos obtidos	102	115
Varição cambial ativa	-	135
	<b>20.227</b>	<b>13.848</b>
Despesas juros s/ financiamentos	(1.320)	(142)
Juros e multas pagos	(144)	(30)
Descontos concedidos	(44)	(43)
Despesas financeiras - Outros	(1.077)	(712)
	<b>(2.585)</b>	<b>(927)</b>
	<b>17.642</b>	<b>12.921</b>

**25. Despesas Administrativas Saúde**

Outras despesas administrativas

Manutenção e conservação de imóveis

Manutenção de móveis, equipamentos

Provisões e/ou perdas

Serviços de terceiros

Telecomunicação

Manutenção de equipamentos de informática

Serviços Advocatórios

Desp. Água

Desp. Energia

Desp. Publicidade

	31/12/2025	31/12/2024
Desp. Com Pessoal e Encargos	(35.647)	(31.825)
Desp. Publicidade	(544)	(359)
Outras despesas administrativas	(4.432)	(4.792)
Manutenção e conservação de imóveis	(270)	(442)
Manutenção de móveis, equipamentos	(68)	(70)
Provisões e/ou perdas	23	(435)
Serviços de terceiros	(5.281)	(3.704)
Telecomunicação	(402)	(275)
Manutenção de equipamentos de informática	(4.850)	(3.524)
Material de expediente	(423)	(462)
Serviços Advocatórios	(2.321)	(2.380)
Despesa com Depreciação	(2.755)	(856)
	<b>(56.970)</b>	<b>(49.124)</b>
<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>	
Perdas no recebimento de clientes - Educação	2.100	(684)
Perdas no recebimento de clientes - Saúde	499	(1.233)
	<b>2.599</b>	<b>(1.917)</b>

**26. Despesas Administrativa Outras Atividades**

Desp. Com Pessoal e Encargos

Desp. Publicidade

Outras despesas administrativas

Manutenção e conservação de imóveis

Manutenção de móveis, equipamentos

Provisões e/ou perdas

Serviços de terceiros

Telecomunicação

Manutenção de equipamentos de informática

Material de expediente

Serviços Advocatórios

Despesa com Depreciação

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas com aplicações financeiras	18.472	12.068
Juros e multas recebidos	1.852	1.382
Varição monetária ativa	71	148
Descontos obtidos	102	115
Varição cambial ativa	-	135
	<b>20.227</b>	<b>13.848</b>
Despesas juros s/ financiamentos	(1.320)	(142)
Juros e multas pagos	(144)	(30)
Descontos concedidos	(44)	(43)
Despesas financeiras - Outros	(1.077)	(712)
	<b>(2.585)</b>	<b>(927)</b>
	<b>17.642</b>	<b>12.921</b>

**27. Provisões para Perdas**

Perdas no recebimento de clientes - Educação

Perdas no recebimento de clientes - Saúde

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas com aplicações financeiras	18.472	12.068
Juros e multas recebidos	1.852	1.382
Varição monetária ativa	71	148
Descontos obtidos	102	115

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Até o término dos nossos trabalhos, a Fundação não obteve respostas dos órgãos responsáveis e aguarda decisão do processo protocolado. Por ter protocolado tempestivamente os pedidos de renovação do CEBAS, para o triênio acima citado, a Fundação goza de imunidade tributária conforme declaração expedida pelo Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (DCEBAS). Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** – A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** – Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 14 de abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda – CRC SP-014428/O-6 F-MG  
Poliana Silveira Rodrigues – Contadora CRC MG-089473/O-0



Aos Conselheiros e Administradores da  
FELUMA – Fundação Educacional Lucas Machado  
Belo Horizonte - MG

**Opinião** – Examinamos as demonstrações financeiras da FELUMA - Fundação Educacional Lucas Machado (Fundação) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FELUMA - Fundação Educacional Lucas Machado em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião** – Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **ênfase** – Chamamos a atenção para a nota explicativa 31 às demonstrações financeiras, que divulga que a Fundação requereu o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), estando em processo administrativo de avaliação. Em 2024, a Fundação protocolou o pedido de renovação de filantropia para o triênio 2025 a 2027.